



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 102 - 1ª QUINZENA DE DEZEMBRO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**Abaixo a Reforma Covas/Banco Mundial!
Em defesa do ensino público enraizado
na produção social!**

**Fora com o Sivam e com a
corrupção governamental!
Convocar um Tribunal Popular
saído da luta dos explorados!**

**Avançar a luta no campo!
Que a CUT
convoque uma plenária
de delegados de base!
Construir a aliança
operário-camponesa!**



**Todo apoio à campanha internacional pela
libertação dos presos políticos na Argentina
Formar os comitês contra a opressão social e política**

A crise política no seio do governo de FHC

A gravação clandestina das conversas telefônicas do assessor de FHC, Júlio César Santos, com o diretor da empreiteira Andrade Gutierrez, José Maurício Bicalho Dias, revelando o tráfico de influência e corrupção em torno do Projeto Sivam provocou uma grande crise no governo do PSDB.

Em um dos trechos, o assessor do governo pergunta a um tal de Afonso Assumpção, proprietário da Líder Táxi Aéreo, representante da empresa norte-americana Raytheon, se já havia pago ao senador Gilberto Miranda (PMDB). Revelava-se assim uma rede de corrupção que vai do senado, onde deve ser aprovado o Projeto Sivam, até o centro do governo federal. Como parte dela, figura a empreiteira Andrade Gutierrez e a Líder Táxi Aéreo.

Voltam à cena grupos econômicos envolvidos no escândalo Collor/PC Faria. Também vem à tona uma outra figura comprometida com a corrupção: o ex-Presidente da República e, hoje, senador, José Sarney. Sai governo e entra governo e as quadrilhas do Planalto continuam atuantes.

O Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) envolve uma fábula de 1,4 bilhão de dólares. Tudo começou no governo Collor, que já mantinha negociações com a Raytheon desde 1991, em segredo. Depois, prosseguiu com a dispensa de licitação no governo de Itamar Franco, que tinha como chefe da economia o Sr. Fernando Henrique Cardoso. Foi quando explodiu o choque de interesses entre o grupo francês Thomson e o norte-americano Raytheon.

Através da espionagem no seio do governo brasileiro, o serviço de informação americano (CIA) denunciou que funcionários públicos estavam favorecendo a Thomson em detrimento da Raytheon. Ao mesmo tempo, o governo Clinton passou a interferir diretamente nas negociatas, exigindo de Itamar que entregasse o Projeto para a Raytheon. No exterior, abrir-se-ia um conflito entre Estados Unidos e França. De ambos os lados, surgiram denúncias de espionagens e favorecimentos de empresas.

Como se vê, o Projeto Sivam, na verdade, é obra das multinacionais, empenhadas em desenrolar seus materiais de uso bélico (sistema de radares). Para enganar a população, o governo e os militares dizem que se trata de um projeto de proteção da Amazônia, portanto, do país, e também para controlar o narcotráfico. De fato mesmo, o que está em jogo são os interesses das potências imperialistas.

O atrito entre a Raytheon e a Thomson paralisou o projeto até o presente momento. Assim que o governo Itamar "escolheu" a Raytheon, teve de enfrentar o escândalo da associada Esca, uma empresa brasileira de projetos que fraudou em milhões a Previdência e estava falida.

Fernando Henrique Cardoso afastou a Esca, como sendo o último empecilho para a aprovação no Congresso do Projeto Sivam-Raytheon. Porém, a gravação da polícia federal demonstrou que a luta entre as quadrilhas do Planalto não havia cessado.

O senador Gilberto Miranda, inicialmente, na condição de relator do Projeto Sivam, se destacou como defensor número um da Raytheon, isso porque era um homem comprado pela multinacional. Depois de um tempo, passou a ser opositor à implantação do Sivam, alegando o alto custo financeiro e problemas técnicos. A razão dessa mudança é porque a Raytheon havia deixado de pagá-lo. Isso explica o teor da conversa de Júlio César com o dono da Líder, perguntando se já havia pago o Miranda, e também que haveria de convencer Sarney da conveniência da Projeto.

Essas personagens envolvidas são apenas um elo da complexa cadeia de corrupção, que implica na presença das multinacionais, dos governos imperialistas, dos organismos internacionais de espionagem, de altos funcionários, do próprio governo e da cúpula militar.

Basta se ver que, diante da ameaça de se quebrar o sigilo bancário do senador Gilberto Miranda, este exigiu que também se investigue "os integrantes da comissão do Ministério da Aeronáutica, da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e do governo Itamar Franco". Indica assim que toda a cúpula governamental está enfiada no pântano da corrupção. Contribui para essa constatação a própria citação do nome do brigadeiro Mauro Gandra, que foi obrigado a renunciar ao cargo de Ministro da Aeronáutica. Revelou-se que o ex-ministro tinha íntimas ligações com o dono da Líder Táxi Aéreo.

Não é por acaso que Fernando Henrique Cardoso procurou desviar o assunto, utilizando-se da idéia de que se tratava de insubordinação da Polícia Federal e de uma conspiração de descontentes no interior do governo, que, por essa razão, se utilizavam da escuta clandestina. Para isso, se serviu do ex-diretor da Polícia Federal, e também acusado no passado recente de corrupção, o deputado Romeu Tuma, que denunciou a existência de traição ao Presidente.

Ao mesmo tempo, FHC entrevistou prontamente junto aos líderes dos partidos, pertencentes à coligação governamental, para barrar o movimento por uma CPI do Sivam, encabeçado por Chinaglia do PT. No mesmo sentido, passou a funcionar uma Comissão do senado, presidida pelo nada menos corrupto Antônio Carlos de Magalhães, chefe do PFL.

Toda crise foi desviada para a apuração dos responsáveis pela escuta.

A queda do presidente do INCRA, Francisco Grazziano, se dá nesse quadro. Este foi acusado, inclusive pelo Ministro da Justiça, Nelson Jobim, de ter encomendado a escuta. Os representantes do PFL, ligados aos latifundiários, se aproveitaram do fato de ser Grazziano quem entregou a fita a FHC, para derrubá-lo do INCRA. Por outro lado, setores militares e dos partidos governamentais acusaram a polícia federal de ser um antro de sindicalistas, e que a escuta também se deve à disputa interna ao aparelho de repressão. Tudo isso mostra que as relações políticas no seio do Estado burguês são perpassadas por negociatas e conspirações de uns contra os outros.

É claro que tanto os denunciadores quanto os denunciados têm envolvimento interesseiro, seja de uma forma ou de outra. A revelação da corrupção e dos escândalos, acobertados no interior do Estado, ocorrem



devido a interesses antagônicos, que têm por trás os poderosos grupos econômicos e as potências imperialistas, que disputam a influência na decisão governamental. Tais acontecimentos mostram precisamente como funciona o Estado burguês, uma máquina de opressão sobre a maioria explorada e de proteção da burguesia apodrecida.

Fora com o Sivam. Apurar a corrupção no governo FHC. Pela convocação de um tribunal popular!

Não demorou muito para que a imagem de governo limpo de FHC mostrasse sua face. O caso Sivam não significa apenas um pé na lama. Trata-se de um governo submisso aos interesses das potências imperialistas, que por isso não mede esforços para implantar um projeto de interesse imposto pelos Estados Unidos.

Diante da publicação da escuta e exposição de um escândalo do tamanho do de Collor, se não for maior, FHC e seu PSDB fizeram e estão fazendo de tudo para evitar que toda a verdade venha à luz do dia. A bandeira do Planalto é a de fazer o impossível para salvar o Sivam, ou seja, o compromisso com os Estados Unidos, os interesses da Raytheon e do Eximbank, de quem vem o empréstimo de 1,4 bilhão de dólares. Até mesmo uma CPI, comprovadamente inócua para desbaratar e punir as quadrilhas de ladrões de casaca, foi bloqueada pela presidência da República e partidos

da coligação (PFL, PMDB, PSDB etc).

Mais uma vez fica evidente que a corrupção é intrínseca ao capitalismo e seu Estado correspondente. Os escândalos frequentes apenas explicitam a decadência da burguesia como classe dirigente. Desta forma, todo e qualquer partido que tenha qualquer compromisso com o Estado, o que inclui o PT, PPS, PCdoB, são contaminados e acabam coniventes.

Um exemplo mais flagrante é a defesa do PT, através do senador Suplicy, do Projeto Sivam. O próprio FHC recomendou ao PT que defendesse o Sivam contra a investida contrária do senador Miranda, quando todos sabem que este só mudou de posição porque deixou de receber a propina da Raytheon, com a qual FHC está comprometido.

Um outro exemplo é o fato do MST e CUT saírem em defesa de Francisco Graziano, como se fosse apenas uma luta entre os contrários e os favoráveis à reforma agrária. Graziano é carne do governo de FHC, que tinha a missão de implementar a via dos assentamentos para amortecer a luta de classes no campo, protegendo assim o governo e o regime agrário latifundiário. Sabemos que a burguesia combate os explorados não só com a repressão mas também com a ação política de conciliação de classe.

O apoio a Graziano é o apoio à linha de colaboração com o governo e o Estado opressor. É claro que Graziano estava em atrito com os inflexíveis latifundiários do governo e caiu por estar em contato com a rede re-

pressiva, tanto é que seu assessor no FHC era um agente da polícia e irmão do diretor geral da Polícia Federal. Graziano se demitiu, defendendo o governo pró-imperialista e responsabilizando as forças ocultas.

Temos a obrigação de denunciar e rebaixar toda essa sujeira, que inclui a denúncia da "oposição democrática" das esquerdas reformistas, que por essa política acabam desembocando na vala comum da conivência.

A classe operária, os camponeses pobres e todos oprimidos devem exigir que a CUT e MST rompam com essa conduta e se coloquem pela convocação de um tribunal popular, totalmente nascido do seio dos explorados e independente de qualquer instituição do Estado burguês. Nossa bandeira é fora com o Sivam! Abaixo o governo pró-imperialista e corrupto de FHC! Ganhar as ruas em defesa da vida das massas e pela soberania nacional. Lutar por um governo genuinamente dos explorados, ou seja, um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Nacional



Dívida interna supera os 100 bilhões de dólares

O crescimento da dívida interna durante o plano Real é resultado da altíssima taxa de juros aplicada pelo governo para bancar a paridade do real com o dólar. Neste ano, a dívida pública cresceu vinte bilhões. O governo, apesar de já estar cortando verbas destinadas à saúde, educação, moradia e dos estados e municípios, está em situação difícil. Gasta mais do que arrecada, e com isso vai aumentando o déficit público, que pode chegar a 4% do PIB neste ano.

A dívida interna chegou a 103,21 bilhões. A maior parte do crescimento da dívida vem dos estados e municípios. Isso mostra que o corte de orçamento, pretendido na reforma fiscal, para quem está falido, será muito difícil.

A base monetária aumentou. Quer dizer que existe mais dinheiro circulando. Esse aumento foi em média de cerca de 1,2 bilhão de reais, causado pela emissão de dinheiro pelo governo, principalmente para comprar a enxurrada de dólares que entra no país.

A situação vai complicando cada vez mais o desenvolvimento do plano econômico. O aumento da dívida e o crescimento do déficit público, e a emissão de mais dinhei-

ro vão gerando pressão inflacionária. A estabilidade artificial do plano, baseada na paridade com o dólar através de altíssimos juros, vai se tornando cada vez mais delicada. Os 23 bilhões de dólares aplicados por investidores estrangeiros em investimentos de curtíssimo prazo podem sair do país diante de qualquer ameaça de não pagamento ou incapacidade de manter o parasitismo financeiro exacerbado. Isso implicaria numa crise semelhante à do México, só que num país que concentra 65% de tudo o que se produz ou se presta serviço em toda a América Latina.

A manutenção do plano é feita às custas de uma ampliação da opressão social. Mantém-se o parasitismo financeiro e o plano às custas dos cortes nos serviços sociais, demissões e arrocho salarial. A derrubada do plano depende da luta nacional de massa, antiimperialista e anticapitalista.

Governo socorre bancos doando bilhões

A crise dos bancos brasileiros vai muito além da dificuldade de trabalhar com a inflação baixa. É verdade que a hiperinflação dava lucros fabulosos e inéditos aos bancos, pelas taxas de até 2% ao dia. Os bancos brasileiros se

modernizaram para se colocarem à altura do ritmo veloz das operações financeiras de curtíssimo prazo, necessárias para a convivência com a hiperinflação. E passaram a lucrar até 20% sobre o capital investido, em grande parte graças ao parasitismo financeiro sobre os títulos emitidos pelo governo, que giravam na ciranda financeira e eram sustentados com o endividamento e a emissão de montanhas de dinheiro, que viravam fumaça em pouco tempo, corroído pela inflação. A transferência de riquezas tinha na sua maior parte o destino invariável das mãos dos banqueiros. Enquanto os assalariados têm sido submetidos a sucessivos arrochos salariais, os banqueiros multiplicavam fortunas, mesmo com a recessão. A agricultura foi atacada duramente, com os financiamentos se transformando na ruína de centenas de milhares de pequenos e médios produtores, que perderam tudo, até as terras, para os bancos.

O fim da inflação não acabou com os bancos. A redução dos ganhos especulativos com a queda da inflação não explica sozinha a crise bancária. As altíssimas taxas de juros, aliadas com a recessão resgatada pelo plano Real, criaram as condições que levaram à crise do sistema bancário.

A queda da inflação pôde ser compensada em parte pela elevação brutal dos juros pelo governo. A emissão de títulos públicos foi elevadíssima, pagando juros que multiplicam

várias vezes os padrões internacionais de rendimento do dinheiro. Mas o maior problema para os bancos é que esses juros passaram a ser impagáveis para a maior parte dos devedores, em especial as indústrias, afetadas diretamente com a queda da produção causada pela recessão. A onda de falências e concordatas requeridas por falta de pagamento tem como requerentes principalmente os bancos.

Os capitalistas donos de fábricas exploram os operários e parte dessa exploração do trabalho (mais-valia) vai parar nas mãos dos banqueiros. Na essência, a produção sustenta o lucro dos parasitas do sistema financeiro. Com a recessão, a produção não cresce, ao contrário, diminui. Não há como sustentar o elevadíssimo parasitismo financeiro sem aumento da produção. Esse é um fenômeno mundial da crise capitalista: a enorme capacidade produtiva não encontra mercado para se desenvolver, porque a concentração de riqueza e expansão generalizada da miséria impedem. Isso é a crise de superprodução, estrutural do capitalismo e que se manifesta atualmente com uma força inédita. Por todo o mundo, o capital financeiro, que se agigantou, mostra-se impossível de alimentar, porque a produção de riqueza não corresponde às necessidades do monstruoso parasitismo. Os governos aplicam planos econômicos que procuram desesperadamente manter cheia a boca dos tubarões do mercado financeiro, com arrocho salarial, corte dos gastos públicos com serviços sociais (saúde, educação, previdência etc.), para dar condições aos governos de pagarem os altíssimos juros cobrados pelos bancos. Nem assim conseguem escapar da crise, porque se não se aumenta a produção não se pode aumentar a transferência de riquezas para os bancos de maneira artificial eternamente. E na situação de crise de produção, os capitalistas destroem parte da produção e quebram setores produtivos. A crise nos sistemas bancários e de endividamento do Estado se alastra por todos os lados, e com maior explosividade nos países desenvolvidos (imperialistas).

O socorro do governo FHC aos bancos reaci sobre os trabalhadores

Os bancos brasileiros sofrem de dois tipos de problema. Os bancos ligados aos governos estaduais, como o Banespa, foram endividados pelos governantes para sustentar o endividamento público. Para pagar as empreiteiras e fazer campanha eleitoral os governadores saquearam os bancos estaduais.

Mas também para rolar as dívidas com os bancos. Em grande medida, a dívida dos bancos estaduais se construiu para sustentar o parasitismo dos bancos privados e para ajudar capitalistas em dificuldades. Basta ver o Banco do Brasil, que só se encontra em dificuldades pela inadimplência dos favorecidos com empréstimos.

Os casos de bancos, como o Nacional, se explicam de outro modo. O Nacional já tinha lucrado, nos nove primeiros meses deste ano, mais do que o Unibanco, que o comprou. Mas não conseguia receber de seus clientes, especialmente de grandes empresas que a recessão colocou em sinuca.

O governo interviu no Nacional e praticamente doou-lhe dois bilhões de reais para salvá-lo, antes de passá-lo às mãos do Unibanco. O Banco Central, depois de intervir no Nacional, emprestou-lhe 4 bilhões de reais. Com metade desse dinheiro, o banco, sob intervenção do próprio Banco Central, comprou 5 bilhões de reais em títulos da dívida pública, e com eles "pagou" o governo. Sobraram assim dois bilhões livres, para pagamento de compromissos do Nacional. O governo ainda vai gastar mais dinheiro público, porque o Unibanco só comprou a melhor parte do Nacional, a parte em crise ficou nas mãos do governo, que deve gastar mais outro bilhão com dívidas. E o Unibanco poderá utilizar ainda o Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro para descontar do Imposto de Renda os gastos com a compra do Unibanco.

Com seu socorro aos bancos em crise, o governo estatiza as dívidas dos capitalistas, às custas de mais cortes nos serviços públicos e aumento de impostos. Para ajudar os capitalistas, o governo vai aumentar a transferência de riqueza para suas mãos. Essa riqueza só pode sair do aumento da exploração e opressão sobre os assalariados.

A crise bancária vai aumentar a onda de desemprego, porque os bancos vão aproveitar as chances de fusão para se unirem, reduzirem o número de agências e com isso demitirem em massa.

A saída para os trabalhadores bancários é a luta nacional contra as demissões e o arrocho. Trata-se de uma luta que se coloca contra o governo e sua política antinacional e antipopular. Para se contrapor conseqüentemente à estatização das dívidas dos capitalistas, é necessário colocar a bandeira de estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores. Isso depende de uma luta nacional de massa, de todos os oprimidos, contra a opressão capitalista.

Nacional



Cresce a necessidade das greves

No mês de novembro, as greves e manifestações atingiram vários setores. São inúmeros os setores que se levantaram contra o arrocho salarial, fechamento de fábricas, atraso no pagamento, quebra de acordos, o não cumprimento de incorporação de perdas, demissões etc. Os exemplos de ramos da produção e do funcionalismo que desenvolveram algum conflito com o Estado ou com os patrões são: Metalúrgicos do ABC e São Paulo, Têxteis, Químicos, Papel e Papelão, Moveleiros, Construção Civil, Marceneiros, Borracheiros, Padeiros, Sabesp, Cetesb, Saúde, Professores, Telefônicos, Carteiros etc.

Os metalúrgicos de São Paulo e ABC paralisaram inúmeras fábricas, realizaram protestos ou ameaçaram de greve. A Sabesp e Cetesb paralisaram as atividades. Hospital das Clínicas realizou uma greve por tempo determinado. Os marceneiros da K.Três Marcenaria cruzaram os braços contra o atraso de pagamento do vale. Trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte foram durante reprimidos em sua greve por reposição salarial. Os químicos da Kolynos permaneceram por 11 dias parados. Rejeitaram a proposta de conciliação do TRT, menor do que a proposta de 26,18% dos patrões. Como forma de luta ameaçaram bloquear a Anchieta. Em Osasco, param 260 químicos da Fertibrás. Os 254 demitidos da Pro-

dotit e Paraquímica, em Santo Amaro, ocuparam a Prodotit. Os operários foram cercados por viaturas da polícia. Os 22 mil trabalhadores na indústria de Papel exigiram o reajuste de 36% sobre o piso salarial. Os faxineiros da Ford Ipiranga, ABC, Osasco e Taubaté deixaram de trabalhar. Esta é uma greve no setor terceirizado. Os borracheiros da Elastécnica paralisaram por seis dias contra o atraso de pagamento. Os 20 demitidos da greve foram readmitidos. A saúde e a educação protestam contra as reformas de Covas. Deve-se acrescentar nesse quadro o avanço da luta camponesa pela terra: Pontal (SP), Paraná, Santa Catarina, Pernambuco, Fortaleza.

Como se pode ver, há uma tendência de luta instintiva que abarca múltiplas camadas dos explorados. Essa tendência é um indicador da disposição de resistência dos oprimidos contra os planos econômicos do governo e seus nefastos efeitos sobre suas vidas. Porém, essa disposição tem sido bloqueada pela política das burocracias sindicais, tanto da direitista Força Sindical quanto dos reformistas da CUT. Estas têm mantido os movimentos no mais puro isolamento. As greves são tratadas como problemas particulares entre trabalhadores e patrões individualizados. Tudo fazem para obrigar os explorados a se sujeitarem aos vergo-

nhosos acordos, que mantêm a brutal exploração, arrocho e demissão.

Enquanto prevalecer a política de conciliação da burocracia, os trabalhadores estarão sendo esmagados. Cabe à vanguarda mais consciente trabalhar incessantemente para varrer dos sindicatos e Centrais a burocracia colaboradora. A construção das comissões de fábrica, por locais de trabalho e comitês de greve são fundamentais para organização do movimento e para a formação de uma nova direção para os trabalhadores. Também é necessário aprovar um plano de luta unificado, que contenha o salário mínimo vital, reajustes automáticos, reposição de todas as perdas, fim do desemprego, terra aos camponeses pobres e controle operário da produção. Somente através da unidade massiva e do método da ação direta será possível derrotar os capitalistas e seu governo.

NACIONAL



CPI dos bingos envolvida em corrupção

A expansão dos bingos é resultado da lei Zico, que permite aos clubes esportivos abrirem casas de jogos para ajudarem a financiar suas despesas. Ocorre que a permissão legal de abrir casas de jogos levou bicheiros e outros capitalistas a se aproveitarem para montar verdadeiros cassinos e ganhar fábulas com a jogatina. Desse dinheiro, os clubes viam muito pouco ou mesmo nada. Além disso, o envolvimento dos proprietários com o jogo do bicho, com prostituição e narcotráfico, vinculou os bingos a esses "negócios".

O Congresso abriu uma CPI para investigar os bingos. O que aconteceu? Deputados da CPI passaram a exigir propina dos donos de bingos para não denunciarem as irregularidades dos cassinos. De cada bingo, tomaram de cem a trezentos mil dólares. Estima-se que o total das propinas chegue a quinze milhões de dólares.

Os donos de bingos resolveram de-

nunciar os deputados da CPI. Assim, a CPI fica desmoralizada e eles podem continuar explorando o narcotráfico, a prostituição e, claro, a jogatina. Agora se montou no Congresso uma outra comissão, para investigar a corrupção dos deputados que investigavam os bingos. Provavelmente, os corruptos de primeira hora terão de dividir seus lucros com essa nova comissão.

O parlamento, parte do Estado capitalista, é corrupto por natureza. A corrupção é uma das bases do Estado capitalista. E serve para a burguesia assegurar seu controle, através do poder econômico, sobre o Estado. Os deputados são peças desse jogo. Já vimos a CPI do orçamento, que incontinentou a maioria dos corruptos, envolvidos com corrupção pelas empreiteiras.

As CPIs são montadas justamente para dar uma falsa aparência de ética a esse "antro de ladrões", na expressão de Lenin. Quando um escândalo

começa a mostrar à população a podridão do parlamento capitalista, os deputados correm a montar uma CPI que inocente a todos, ainda que tenha que encenar a cassação de um ou outro deputado, que não terá punição efetiva além da perda de mandato.

Para varrer com a corrupção capitalista, os assalariados precisam perceber a farsa da democracia burguesa, da chamada representação popular, que na verdade só representa os capitalistas, e fazer a sua justiça destruindo a exploração e opressão de classe através da revolução proletária.

Sem-terra

A terra será conquistada com muita luta

Nem bem os líderes do movimento dos sem-terra, Diolinda e Márcio, saíram da prisão, já foram obrigados a encabeçar uma marcha de 100 Km, no Pontal do Paranapanema, em defesa da reforma agrária.

Ocorre que o governador Covas, pressionado pelos latifundiários e seus representantes no próprio interior do PSDB, demonstrou pouca vontade de cumprir o acordo de assentamento. Estava previsto assentar 1050 famílias até 31 de dezembro e 1050 até junho de 1996.

A primeira atitude do governador foi a de propor um assentamento provisório da primeira parcela dos sem-terra. Ficou evidenciada a manobra do governo do PSDB. Frente à resistência dos fazendeiros em negociar as terras griladas do próprio estado, Covas modificou o acordo com o MST de assentamento definitivo.

A marcha dos 100 Km, saindo de Teodoro Sampaio até Presidente Prudente, objetivou exigir do governo a entrega das terras. Para os camponeses em luta, está ficando claro que não devem confiar em nenhum governo burguês. Estes sempre estarão trabalhando em favor dos latifundiários. Mesmo quando estão negociando com os trabalhadores uma saída pacífica. Na verdade, estão ganhando

tempo e preparando as justificativas para posterior repressão.

A prisão de Diolinda e Márcio se constituiu numa ameaça evidente do Estado burguês em decapitar o movimento. Não é por acaso que a campanha da imprensa para difamar e incriminar José Rainha como criminoso ganhou força nesse final de novembro.

O governo e os latifundiários, tendo em seu favor todo aparato da Justiça e da polícia, estão dizendo com essas ameaças que porão fim às ocupações através da violência reacionária. Eis porque qualquer ilusão nas possibilidades de solução pacífica da terra pela via dos assentamentos promovidos pelo próprio Estado é perigosa para a existência do MST. A própria legalidade e manobras em torno da política oficial do PSDB de assentamentos objetivam dividir os sem-terra, esvaziar o movimento e criar as condições políticas para justificar a repressão àqueles que não se enquadrarem nos moldes da estrutura latifundiária da economia semicolonial brasileira.

A projeção política e social do movimento dos sem-terra, principalmente depois da chacina de Corumbiara, por si só, mostra a necessidade de se estabelecer uma férrea unidade entre os trabalhadores do campo e da cidade. O que quer dizer que o problema da luta camponesa pela terra deve ser levada ao proletariado e demais oprimidos. Não podemos fazer da bandeira democrático-camponesa da reforma agrária uma tarefa particular e isolada dessa camada de oprimidos.

A quebra do poder latifundiário é apenas um elo da cadeia de opressão capitalista, que esmaga a maioria nacional explorada. Não se pode arrancar as terras dos latifundiários sem se travar uma dura batalha contra o conjunto da burguesia, que inclui o capital imperialista. Esse caminho nos impõe a tarefa de unir essa maioria em torno de um programa proletário antiimperialista e anticapitalista, que inclui a expro-

priação de todo latifúndio, sem indenização, e nacionalização das terras, que serão entregues aos camponeses pobres.

A idéia imperante da possibilidade de se resolver o problema da terra através de assentamentos apenas nos latifúndios improdutivos e terras governamentais colocará o MST, cedo ou tarde, num beco sem saída. Isso porque a expulsão constante dos camponeses pelos latifundiários e crescente concentração da propriedade fundiária são constitutivos da formação histórica do capitalismo semicolonial no Brasil. Está aí porque a tormenta dos camponeses não se circunscreve aos sem-terra. Existem milhões de minifundiários e semiproletários esmagados pela opressão latifundiária. É daí que surgem milhares e milhares de sem-terra.

A luta conseqüente para arrancar a massa camponesa da miséria e opressão latifundiária implica na destruição do capitalismo. Essa tarefa histórica cabe ao proletariado, produto genuíno do capitalismo, concentrado nas grandes fábricas e centros urbanos, e destituído de qualquer propriedade dos meios de produção. Os camponeses, por sua condição de classe, aspiram a propriedade individual da terra. Porém, não podem conservá-la diante da estrutura capitalista que cada vez mais concentra a propriedade e os expulsa. Procurar resolver essa contradição, própria do capitalismo, no interior desse sistema social, é um terrível engano. Ao contrário, o proletariado instintivamente socialista (é tarefa elevar-se a essa consciência) caminha por destruir a propriedade privada dos meios de produção. Nesse percurso, o proletariado está obrigado a se confrontar com a burguesia de conjunto, que inclui a sua fração latifundiária. Eis porque também está obrigado a se colocar em apoio aos camponeses que lutam pelo acesso à terra, através da bandeira da reforma agrária. Por outro lado, os camponeses não poderão se livrar da opressão latifundiária sem apoiar a

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Nacional



luta proletária pela expropriação revolucionária dos meios de produção (fábricas, terras, minas), do capital financeiro e comercial.

Como vemos, a contradição entre a aspiração camponesa à propriedade (capitalista) e a socialista (proletária) não se constitui em uma trava para a unidade entre o campo e a cidade. Será a própria revolução proletária, portanto socialista, que permitirá o acesso camponês às terras. O desenvolvimento das forças produtivas socializadas se encarregará de solucionar essa contradição. Evidentemente, desde que o processo revolucionário socialista ganhe amplitude internacional. Sem esse entendimento e sem a constituição de uma direção revolucionária, que una os proletários e camponeses, não será possível quebrar o poder latifundiário nem derrotar a burguesia de conjunto, que é o objetivo da revolução proletária.

Que a CUT convoque uma plenária nacional de delegados de base para constituir concretamente a aliança operário-camponesa

Está claro que recrudescer a luta de classes no Brasil, como parte do recrudescimento da luta de classes mundial. A ofensiva capitalista, capitaneada pelo neoliberalismo imperialista, vem pisoteando a vida dos operários, camponeses e classe média arruinada. O desemprego, rebaixamento salarial, expulsão dos camponeses das terras, a quebra de conquistas sociais, a imposição do ritmo infernal da produtividade capitalista e o avanço da opressão nacional são sintomas econômicos e sociais da desintegração do sistema capitalista de produção.

A projeção da luta camponesa em nosso país é parte dessa situação. Também o proletariado e a classe média urbana empobrecida estão obrigados a sair em confronto com a burguesia e os governos neoliberais. Eis porque em toda parte o Estado e seus governos se lançam à dura repressão aos movimentos dos trabalhadores. Não podemos esperar outra coisa do governo de FHC senão ataques violentos.

O MST está na mira desse governo pró-imperialista e dos latifundiários.

Porém, os explorados têm como resistir e fazer avançar o movimento de massa. A aliança operário-camponesa é uma condição para que isso se concretize. Trata-se da unidade dos explorados da cidade e do campo. Através dela é possível constituir um movimento nacional antiimperialista e anticapitalista. É possível constituir, em torno de um programa revolucionário, uma Frente Única Antiimperialista, que una todos os explorados contra o grande capital e o governo entreguista.

A divisão dos oprimidos é a força da burguesia e de sua fração latifundiária. Para superá-la, o Partido Operário Revolucionário reivindica a direção da CUT que convoque urgentemente uma Plenária Nacional de Delegados de Base, eleitos em assembléias.

Nacional

Resistência à fascistização

Recebemos da Frente Revolucionária um Manifesto denominado "Vamos resistir à fascistização". Em sua conclusão diz: "Parece óbvio, não é demais insistir na constatação de que a violência social é intrínseca ao sistema capitalista, e só terá fim com a supressão radical de suas causas. Nesse momento de perplexidade e refluxo dos movimentos sociais, queremos fazer um chamamento à unidade de ação para barrar o processo de fascistização em marcha neste país. E propõe: combate comum a todas as manifestações da propaganda e da violência fascista (...)".

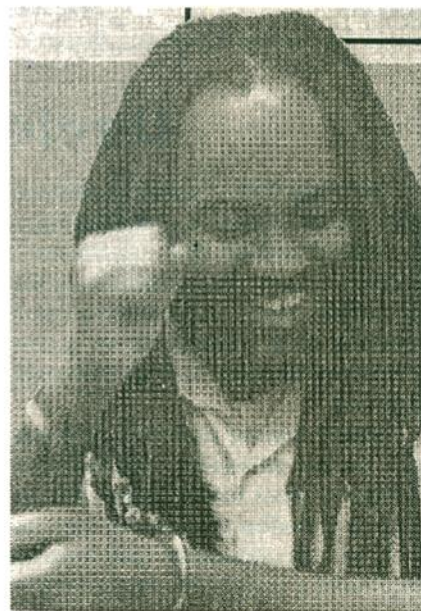
Estamos de acordo que é necessário combater

toda forma de opressão e repressão capitalista. Por isso mesmo, o POR tem permanentemente convocado as correntes para constituir os comitês contra a opressão social e política. Os acontecimentos de Corumbiara, Pontal etc vieram confirmar essa necessidade. Chamamos os companheiros da Frente a assumir conosco essa tarefa. Ao mesmo tempo, não estamos em acordo com a caracterização de "perplexidade e refluxo dos movimentos". Muito pelo contrário, a luta camponesa vem crescendo e o movimento grevista não tem cessado. O que tem ocorrido é o forte bloqueio imposto pelo reformismo e pela burocracia sindical.



Revogação imediata da pena de morte e imediata libertação para Mumia Abu-Jamal!

Abaixo a perseguição política contra o lutador negro!



Um acordo de proteção às multinacionais

A assembléia dos metalúrgicos da fábrica de caminhões da Scania aceitou a imposição patronal da chamada "jornada flexível". Como é isso? A Scania, com a recessão e adaptação tecnológica, tinha em sua lista 400 demissões previstas. Em acordo com o Sindicato Metalúrgico, "propôs" aos operários: ou as demissões ou a "flexibilização da jornada". Ou seja, variar a jornada entre 44 horas e 32 horas, de acordo com a necessidade da produção. Visto assim, parece o melhor dos mundos. Mas os trabalhadores têm de dar algo em troca aos exploradores de sua força de trabalho. O que poderia ser? Não é preciso adivinhar. Redução salarial. A Scania deixará de repor as perdas salariais inflacionárias. A perda já começa com 6,19%, correspondente à inflação de julho a outubro. Além disso, os operários tinham para receber cada um 1.200,00 Reais, como participação nos lucros. Já não receberão integralmente, mas apenas 890 reais. A estabilidade admitida, porém, vai só até o final de junho.

Pois bem, qual é a vantagem da multinacional?

1) Poderá utilizar o

máximo do tempo entre 44 e 32 horas;

2) Estará livre da reposição inflacionária, que tende a crescer;

3) Não terá de ter gastos com os custos das demissões;

4) Quebra o acordo geral dos metalúrgicos de receber a chamada "participação nos lucros";

5) Até junho, a Scania mantém totalmente amarrados os operários, que não poderão levantar reivindicações econômicas.

Não é por acaso que essa medida pró-patronal vem sendo implantada em todas as montadoras e tende a se espalhar por todo o canto. A burocracia sindical da CUT tem dado as mãos aos capitalistas internacionais e nacionais para impor esse plano, amarrando os pés e as mãos da classe operária diante da crise capitalista e da superexploração do trabalho.

Podem-nos perguntar: O que poderia ser feito?

Em primeiro lugar, as demissões atingem o conjunto da classe operária e outras camadas exploradas (bancários, funcionários públicos, comerciários etc). Por isso, deve também ser respondido pelo conjunto dos trabalhadores, e não por acordos isolados, que fragilizam o movimento.

Segundo, a CUT deveria convocar assembléias em todos os sindicatos para aprovar uma plataforma única de reivindicações contra o desemprego, arrocho salarial, as reformas antipopulares e antinacionais de FHC e de apoio à luta camponesa pela terra.

Terceiro, deixar claro para todos que é impossível evitar o desemprego no capitalismo, principalmente na situação de crise e desintegração de suas bases econômicas. Portanto, trata-se de traçar uma estratégia proletária contra a classe burguesa que

espolia a maioria trabalhadora.

Quarto, levantar a bandeira de redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Ao invés de se trabalhar 8 horas, que se trabalhe apenas 6. Se essa redução não for suficiente para empregar a todos, porque não podemos esquecer que existem milhões de desempregados, que se reduza ainda mais. Ou seja, que se implante a escala móvel das horas de trabalho nacionalmente, que significa dividir as horas de trabalho entre todos os trabalhadores do país, sem redução de salário.

Quinto, a luta contra o desemprego não pode avançar separada de um conjunto de reivindicações e da luta política contra o poder da burguesia e seus planos antinacionais e antipopulares. Nessa plataforma, deve constar obrigatoriamente a defesa do salário mínimo vital, reajustes automáticos através da escala móvel dos salários, entrega das terras aos camponeses pobres; defesa da aposentadoria por tempo de serviço etc.

Como vemos, esse é um programa de luta que verdadeiramente defende a vida dos operários e se contrapõe à exploração capitalista. Por isso, para ser imposto aos exploradores é necessário unir os explorados através do método da ação direta, ou seja, das greves, ocupações, bloqueios de ruas, manifestações de massa etc. Deve também, ter claro o objetivo de impor o controle operário da produção, como instrumento de destruição do poder burguês sobre os meios de produção. Também, como vemos, esse programa proletário e seu método de luta estão contrapostos ao programa capitulador da burocracia sindical, traçado no estado maior da burguesia monopolista.

O reformismo no Judiciário

No Judiciário, como na maioria das direções do movimento sindical, o reformismo domina. A maioria das direções das entidades do judiciário são abertamente reformistas e reacionárias. Um exemplo nítido dessa atitude foi a ida das mesmas para Brasília para pressionar os parlamentares contra a aprovação na CCJ da proposta de emenda do governo.

Esta e outras atitudes do passado demonstram que essas entidades, ao invés de organizarem a categoria para lutar contra tais medidas, preferem ir para Brasília e aparecer nos jornais.

Mas nós sabemos que somente a organização da classe e a luta direta poderá levar a categoria e

todos os trabalhadores a conquistas.

Mas é óbvio que tais entidades estão mais preocupadas com seus aparelhos e fazem abertamente o jogo do governo e da presidência do TJ, chegando até em tempos de greve a se colocarem abertamente contra o movimento. Podem até falar em greve agora, mas é pura demagogia, pois nunca trabalharão de fato para que esta greve aconteça.

Por isso se faz mais que necessário construirmos um sindicato de luta, para acabarmos de vez com estas direções que não fazem absolutamente nada para que a categoria se organize e cresça politicamente, independente do governo e da cúpula do TJ.



Campanha Salarial - Um acordo de fome

O acordo coletivo dos têxteis resultou em reajuste de 26,79% sobre o salário de novembro de 94, incluindo 2,5% de aumento real. Esta foi a proposta do conjunto dos patrões.

A pauta de reivindicações era bem outra.

A diretoria do sindicato manobrou com justificativas de levar para dissídio, obrigando os operários aceitarem a proposta patronal.

O objetivo da diretoria era não se efetivar a unidade dos têxteis que lotavam a assembléia, com tendência a se ampliar se as negociações continuassem.

A conversa de mobilizar fábricas em separado, depois de aprovado o acordo em assembléia é traição da diretoria. Ela desorganiza e abandona a maioria dos operários ao invés de chamá-los à luta contra a política salarial dos patrões e seu governo. O sindicato é nosso instrumento de luta por melhores salários e condições de trabalho. Não podemos ser manipulados por estes traidores que estão aí.

A política neoliberal de FHC apoiada pelos capitalistas resulta no reajuste oficial de salários, arrocho salarial, na alta produtividade e no desemprego. E a direção do sindicato colabora com essa política, ao permitir que nossos salários continuem um salário de fome.

As direções burocráticas dos sindicatos têm bloqueado a luta instintiva da classe operária. Em todas as categorias temos observado os operários rejeitarem a oferta dos patrões, ameaçam com greve e no dia seguinte aceitam a mesma proposta, com orientação das direções para negociarem fábrica por fábrica.

Os têxteis, como a toda a classe operária, está sob

a direção de representantes-dependentes dos patrões e seu governo.

* Pela luta unitária contra a política de fome e miséria

* Salário mínimo do Dieese de R\$ 1.000,00

* Pela reposição integral de todas as perdas salariais

* Abaixo o sindicato de colaboração com os patrões

Vicunha vai à luta

Sob a pressão dos operários o sindicato retomou a campanha salarial na Vicunha. Em comissão de negociação com o patrão isolado os têxteis pouco conquistaram.

O exemplo dos operários da Vicunha revela a necessidade da construção de comissões de fábrica, organizadas nas bases, como instrumento capaz de mobilizar todos os companheiros e derrotar a política colaboracionista entre sindicato e patrões.

Os operários organizados dentro da fábrica têm a possibilidade de levar uma luta antiburocrática para derrubar os pelegos e organizar greves de toda a categoria aprovada em assembléia,

Somente a greve unitária alcançará as reivindicações reais dos trabalhadores e avançará a consciência da necessidade da luta pela defesa de seus interesses.

Movimento Operário



Curso de Formação Política do POR

O POR está realizando um curso de formação política que abrange os principais temas do marxismo-leninismo-trotskismo.

Maiores informações com o distribuidor deste jornal.



Contribuições de Marx e Engels: a construção da teoria científica do proletariado.

- a) 26 de novembro: elementos marxistas de economia política.
- b) 17 de dezembro: o materialismo histórico e dialético.
- c) 28 de janeiro: a doutrina socialista.
- d) 25 de fevereiro: o internacionalismo proletário.



Contribuição de Lenin: a teoria marxista aplicada na primeira revolução proletária vitoriosa.

- a) 31 de março: a natureza do Partido.
- b) 28 de abril: a teoria do Estado.
- c) 26 de maio: a teoria do Imperialismo.
- d) 30 de junho: a teoria da auto-determinação dos povos.



Contribuição de Trotsky: a luta contra a degeneração estalinista, em defesa do marxismo.

- a) 28 de julho: a teoria da Revolução Permanente.
- b) 25 de agosto: o internacionalismo proletário diante do estalinismo.
- c) 29 de setembro: o Fascismo e a Frente Popular.
- d) 27 de outubro: a IV Internacional.

PART: Oportunismo político e ideologia burguesa

No atual quadro de crise de direção do proletariado, surgem e desenvolvem-se inúmeras correntes, oriundas do estalinismo, que buscam a direção política da nação oprimida (classe operária, camponeses e pequena burguesia arruinada).

O Partido da Revolução dos Trabalhadores pela Emancipação Humana (PART) é uma dessas correntes. Herdeiro do extinto do Partido da Revolução Operária (PRO), tem suas raízes no PCdoB.

Com uma fraseologia poética e de nenhum conteúdo proletário, o PART vem se auto-proclamando como "um instrumento diferente de os que já existiram" ("pela liberdade", nota), que busca "uma Revolução diferente de todas que já aconteceram" (idem). O que, frente as traições do reformismo (PT, PCdoB) e vacilações do centrismo (PSTU, CO), pode parecer aos demais desavisados uma alternativa nova para os trabalhadores. Porém, uma rápida análise marxista do PART revela seus fundamentos de política burguesa.

Um programa pequeno-burguês

Estudando-se algumas de suas propostas, expostas em 14 pontos, nota-se que a suposta radicalidade de seu discurso serve apenas para acobertar a timidez de seu programa político, na verdade, encobrir o servilismo ao capitalismo.

O PART defende o "fim de todas as formas

de exploração, opressão e discriminação sobre os seres humanos", no entanto, cala-se frente ao método da ação direta e ao objetivo de construir a revolução socialista. Em relação à crise da escola burguesa, levanta apenas a bandeira de "educação pública, laica e voltada para a conquista da felicidade humana para todos", esquecendo-se do fundamental: estatização do sistema privado sem indenização, controle dos trabalhadores, autonomia e vínculo entre educação e produção social.

Por fim, o grito radical de "uma sociedade além do capital" esbarra no frio reformismo da "nacionalização dos grandes grupos monopolistas, submetendo-os ao controle social; imposto progressivo sobre as grandes fortunas", "planificação do desenvolvimento nacional através da participação direta da sociedade"; "regime de democracia direta", "jornada semanal de 40 horas de trabalho", "salário mínimo nacional... de acordo com o estabelecido na legislação brasileira". O que demonstra o total distanciamento dos interesses históricos do proletariado, que luta pela superação do capitalismo através da estratégia da revolução e ditadura proletárias, partindo de suas necessidades vitais, e não da "legislação brasileira" ou de valores universais acima da luta de classes, como "felicidade humana", "democracia direta" e "apropriação social". Vemos assim que a negação pelo PART da estratégia da ditadura do proletariado põe por terra seu palavreado de "nacionalização dos grandes grupos monopolistas" etc.

Revela, assim, um programa típico da intelectualidade pequeno-burguesa, que sofre com a opressão capitalista, mas necessita do capitalismo na ilusão de uma futura ascensão social. Por isso, critica "a sociedade produtora de mercadorias" baseada no "trabalho abstrato", mas teme a política revolucionária do proletariado, ficando na mera democratização do Estado burguês.

Uma ideologia burguesa

O PART diz-se orientar "pelo marxismo humanista revolucionário". O adjetivo "humanista" tem por função negar a essência do marxismo, que é

a premissa de que a libertação dos trabalhadores do jugo capitalista só será possível através da revolução violenta, oposta ao pacifismo "humanista" burguês. E que o proletariado é a classe dirigente dessa transformação. O tal humanismo é assim um rechaço à doutrina da luta de classes.

Daí porque o PART se coloca sob a bandeira da "Emancipação humana" e da defesa intransigente da "Declaração Universal dos Direitos Humanos" da ONU imperialista, comemorada em ato-show no seu 47º aniversário. Eis também porque os ex-estalinistas e agora humanistas se silenciam diante do 78 anos da Revolução Russa e da "Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado", de 1918.

A desumanização do homem é produto da exploração e escravização. Fenômeno esse que alcançou grande plenitude no capitalismo imperialista e em decomposição. Somente a revolução proletária e o comunismo em escala mundial criarão um novo homem, que podemos dizer humanizado. Os humanistas pequeno burgueses do PART negam essa tese.

Um Partido de velho tipo

Embora dizendo-se de "novo tipo", o PART reproduz o velho eleitoralismo da esquerda reformista e centrista. Por meio de uma campanha desesperada, anda à caça de 185 mil assinaturas para viabilizar seu projeto eleitoral em 1996. Daí só pode nascer mais um partido eleitoreiro ou uma sigla para aluguel.

A construção do Partido Operário Revolucionário segue caminhos opostos ao do PART. Organiza-se em torno do programa da revolução e ditadura proletárias e do internacionalismo revolucionário. Tem por princípio organizativo a estrutura celular, o centralismo democrático e o caráter conspirativo anti-burguês (trabalho legal e ilegal).

Chamamos a base militante do PART a pensar sobre essa nossa crítica político-programática e organizativa. E vir cerrar fileira em torno da construção do Partido Operário Revolucionário.



Nossa Campanha contra a Reforma neoliberal de Covas e Banco Mundial

A Corrente Proletária na Educação tem feito uma campanha junto às escolas e atos contra a Reforma de Ensino do governo. Tem discutido com os professores e alunos o conteúdo dessas medidas impostas por Covas, a mando do Banco Mundial. Trata-se das diretrizes neoliberais, que visam ampliar a privatização do ensino. A municipalização de 1ª a 4ª séries é o mecanismo de pressão para que os prefeitos firmem os "convênios" com as empresas privadas, como forma de sustentação do ensino básico. Com isso, o governo transfere a responsabilidade do maior contingente de alunos. Para o segundo grau, está reservado a sua violenta redução. Aos educadores, as demissões têm sido a arma do governo para cortar gastos, dividir a classe e punir os lutadores. Eis aí a essência da Reforma, que é propagandeada por Covas, como a salvação para combater o analfabetismo, evasão e repetência.

Nesse sentido, a Corrente Proletária diz nos boletins que Covas impõe a reforma do ensino paulista, seguindo as orientações do Banco Mundial. Esse organismo imperialista pressiona os países capitalistas mais atrasados a adotarem a cartilha da privatização das escolas públicas. O governo brasileiro, ao assinar o compromisso com esse credor internacional, se comprometeu em reduzir os gastos públicos com a educação e priorizar unicamente o ensino de 1ª a 4ª séries.

Atrás do palavreado demagógico da descentralização (repassar níveis inteiros de ensino para os municípios) está a entrega de escolas públicas para o capital privado (empresas, cooperativas e mesmo escolas particulares). Esse é o passo mais largo rumo à privatização. O governo do PSDB encarna a reforma educacional pró-imperialista. A cartilha de Covas "Uma escola para a criança e outra para o adolescente" tem gerado descontentamento muito grande entre os pais, alunos e professores.

Mais uma vez, os governos reformulam o ensino público dizendo melhorá-lo. Em 1971 (Lei 5692), reformularam a educação agrupando o primário com o ginásio, no espaço de 71 a 92 outras reformas foram impostas, como a escola-padrão, as cooperativas etc, e, agora, novamente, com o mesmo argumento de eliminar o analfabetismo, evasão e

repetência, determinam a divisão das escolas. Está mais do que claro que isso não resolverá os grandes males da educação, como não resolveu no passado.

O analfabetismo, evasão e repetência estão intimamente ligados às condições de sobrevivência da maioria oprimida. Num país onde o salário mínimo é de 100 reais e dois terços da população economicamente ativa recebem até três mínimos, a quando a cesta-básica é de 105 reais; onde o desemprego atinge em massa as famílias trabalhadoras; onde desde os 6 anos de idade a criança é jogada ao mercado de trabalho; onde reúne 16 milhões de camponeses sem-terra e onde a fome e a miséria determinam os graves problemas sociais, só pode existir o crescimento da evasão e repetência e toda sorte de fracasso escolar. Sem se mexer nesse cruel sistema econômico não é possível solucionar as chagas da educação.

A reforma de Covas não toca na raiz dos verdadeiros problemas educacionais. A escola do PSDB será mais seletiva e oposta aos interesses da maioria trabalhadora. Estará a serviço do simples adestramento da leitura e da escrita. Será anticientífica, pois será embasada no ensino obscurantista, ministrado pela Igreja (ensino religioso). Como todas as outras, nada tem a ver com a realidade, pois enclausura as crianças e os educadores a repetir os velhos conceitos e experimentos já realizados.

Contra a linha neoliberal de redução e desagregação da escola pública, defendemos: O fim da escola privada e a criação de um único sistema de ensino, público e gratuito a todos. Do Estado queremos somente o dinheiro para o custeio do ensino e exigimos a mais completa autonomia das escolas, ou seja, nenhuma ingerência do Estado e da Igreja. Da mesma forma, queremos uma escola onde haja a verdadeira unidade entre a teoria e a prática. Uma escola onde os alunos permaneçam um período e outro na produção social. Sabemos que o conhecimento se adquire da relação entre o fazer e o pensar. Defendemos uma escola nova, porque essa é desumanizadora e serve aos interesses dos exploradores. Uma verdadeira transformação do ensino será parte da própria transformação radical do sistema econômico vigente, isto é, destruição do capitalismo e da opressão de classe do homem sobre o ho-

mem..

A reforma do PSDB deve ser rechaçada na sua totalidade. Para combatê-la há que utilizar os métodos que são próprios dos trabalhadores, ou seja, a greve, os bloqueios massivos, as ocupações etc. A pressão parlamentar, os abaixo-assinados, as caravanas a Brasília, descolados da grande mobilização de massa, de nada valerão. É preciso que a diretoria da Apeoesp e da Afuse rompam definitivamente com a paralisia e com esses métodos inócuos de luta.

Unidade com o movimento operário e popular. Paralisemos as escolas. Busquemos os nossos aliados, a unidade com os trabalhadores para derrotar a ofensiva de destruição da escola pública.

O Boletim divulgado no dia 29/11 defende:

Por uma grande assembleia de educadores, pais e alunos
Aprovar uma ação unitária e de massa contra a destruição do ensino público

A Reforma de Ensino de Covas ainda não foi abalada. Apesar dos inúmeros protestos de pais, alunos e trabalhadores em educação, o governo continua com as mãos livres para impor a reforma de destruição do já débil ensino público. Essa reforma tem como essência a privatização e não a ampliação da rede pública.

A divisão das escolas de 1ª a 4ª séries tem como finalidade apressar a sua municipalização, o que significa

Educação



transferir a responsabilidade da quase totalidade dos alunos para as prefeituras. Como os municípios, na sua maioria, estão falidos (endividados), o governador propõe que os prefeitos busquem os "convênios" (parcerias) com as empresas privadas. No caso do 2º grau, que atende uma parcela bem pequena dos alunos, porque não

há vagas para todos e o exemplo das monstruosas filas e do sorteio de vagas atestam isso, Covas pretende reduzi-lo ainda mais. Num primeiro momento, mantém algumas escolas de 2º grau funcionando no período noturno e raríssimas no diurno, para em seguida ir se desfazendo. O magistério e suplência (noturnos) estão com matrículas encerradas. E as poucas escolas de segundo grau profissionalizantes serão extintas.

Como se vê, por detrás do palavreado demagogo de Covas está a essência da reforma: reduzir os gastos do estado para com a educação. Diante da crise financeira, enormes dívidas com empreiteiras, rombo do Banespa, corrupção deslavada etc, a Reforma da Educação vem no sentido de limitar drasticamente os recursos com o ensino. Esta é a solução que vem sendo imposta pelos credores internacionais (Banco Mundial e outros) para que o país possa cumprir os compromissos das dívidas interna e externa e resolver os graves problemas educacionais, como analfabetismo, evasão e repetência.

A derrubada integral da farsa montada pelo governo do PSDB, com o nome de Reforma da Educação, implica que os alunos, pais e educadores rompam com a política de atos regionalizados, com a ilusão dos processos judiciais, com as inócuas pressões parlamentares e toda ação que leva à fragmenta-

ção da luta. O ato realizado no dia 24/11 não teve força suficiente para abalar a reforma privatista. As ocupações de escolas (já realizadas), por parte dos alunos devem ser generalizadas. O isolamento favorece a repressão. É preciso um amplo movimento de massa, que ganhe as ruas.

Nesse sentido, é preciso dar um passo à frente. A defesa de uma assembléia conjunta de educadores, pais e alunos, convocada pelos sindicatos e entidades estudantis para unificar o movimento, ganhar as ruas e aprovar ações de massa é decisivo nesse final de ano letivo. Pouco valerá a marcha pela educação, convocada para o dia 8/12, se não vier acompanhada da discussão e votação de um plano para avançar a luta em defesa do ensino público a todos.

Criticamos veemente a ação colaboradora da prefeitura do PT de Santos, que assumiu a municipalização do ensino básico, dando, portanto, suporte para a reforma destruidora da escola pública. Da mesma forma, criticamos as direções sindicais, umas abertamente favoráveis à Reforma (Udemo) e outras (como por exemplo a Apeoesp), que têm sido incapazes de combatê-la no seu conjunto. Para isso, usam da artimanha de que agora é preciso buscar os recursos "legais", através da Justiça burguesa, para suspender o projeto. Vão atrás da Procuradoria Geral da Justiça para uma ação civil no sentido de preservar os direitos dos alunos. Como se a Reforma fosse um problema da simples transferência de aluno/professor de uma escola para outra. Na verdade, tudo isso traz às claras o compromisso dessas entidades com a política do PSDB.

Por outro lado, Covas se apóia na fraqueza do movimento, impressa pela política de suas direções, e avança no sentido de dividir ainda mais o professorado. Uma parcela, iludida com as promessas de melhoria de ensino e salário, acaba se acomodando na reestruturação (divisão das escolas). A indignação com as demissões, com privilégios (atribuição de aulas), com o fechamento de escolas etc não tem sido canalizada em ações de massa. É sobre essa parcela da classe que o governo busca a sustentação de sua reforma. Ganhar essa parcela para a luta é fundamental para derrubar o plano de Covas para a educação.

Nós da Corrente Proletária na Educação lutamos para pôr abaixo a reforma privatista e, ao mesmo tempo, consideramos que é necessário uma mudança radical no ensino.

Uma transformação que se inicia com a estatização de todo o sistema escolar (fim da rede privada), sob o controle dos trabalhadores e alunos. A defesa de um único sistema de ensino, financiado pelo Estado, porém com a mais ampla autonomia, uma escola científica, oposta ao obscurantismo religioso e um ensino enraizado na produção social (unindo a teoria com o trabalho social). Trata-se, portanto, de uma profunda reforma do ensino e, como vemos, oposta a esta que está sendo imposta pelo PSDB e o Banco Mundial.

Chamamos os sindicatos, associações, entidades estudantis a convocar uma ampla assembléia, unindo os trabalhadores em educação, pais e alunos, para que aprovemos uma ação unitária para derrotar a Reforma de Covas. Não é hora de esperar! É hora de agir unitariamente! É hora de dar um basta ao entreguismo do PSDB!

Participar do Comitê contra a opressão

A Corrente Proletária na Educação denuncia as perseguições e prisões de educadores. Diretores, que não concordam com a Reforma de Ensino, estão sendo ameaçados de afastamento do cargo pelos delegados de ensino. Professores estão sendo perseguidos, pelo simples fato de se colocarem pela defesa da escola pública para todos e contra a reforma privatista. Denunciamos a atitude totalitária de alguns diretores de escolas, como a da EEPSP Omar Donato Bassani, que chamou a polícia para prender o professor Fernando.

Abaixo com as perseguições e prisões políticas

Para impor a privatização do ensino, o governo vem punindo professores e diretores que fazem oposição. Foi assim com o afastamento de Dagmar (diretora de Diadema) e com a prisão do Prof. Fernando de Souza, preso no dia 21/11 por ter se colocado ao lado do aluno contra o espancamento policial. A polícia invadiu a escola e retirou o professor, a mando da diretora da escola. Estes são alguns exemplos das medidas repressivas de Covas sobre os educadores. A demissão de 60 mil professores, 10 mil funcionários e os inúmeros decretos atestam o caráter de ditadura de classe do governo do PSDB. Este está a serviço da minoria burguesa, dos credores internacionais e age repressivamente sobre os trabalhadores e sobre a escola pública.



Paraíba

Um congresso de trabalhadores em educação manietado pela burocracia petista

Foi realizado o XIV Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação do estado da Paraíba, nos dias 26,27 e 28 de outubro, tendo por tema "Educação e Sociedade".

O Congresso não foi muito participativo: 80 delegados e cerca de 125 participantes. Foi realizado numa cidade do Sertão-Sousa, muito distante da capital e outras regionais. Houve boicote de parte da Articulação, que pertencia a direção anterior.

A T.POR participou do Congresso com a tese "Educação em luta", que foi defendida nos grupos.

A tese 1, "Educação e Sociedade" foi defendida por Vilmar Antônio Carvalho, secretário adjunto de assuntos educacionais da CNTE e Vice presidente do SINTEPE/PE. Após a exposição, o militante porista fez a seguinte pergunta: "Compreendendo que a nossa sociedade é burguesa e quem dirige o Estado é a burguesia, que não tem o mínimo de interesse por uma escola pública de qualidade para os trabalhadores, então, qual vai ser a tática e a estratégia para se ter a escola correta para as massas, os trabalhadores?" Em resposta, o expositor chegou a brilhante conclusão: "Não podemos mais entender a sociedade de classe pelos dogmas do marxismo".

Por aí já podemos ver, que a resposta é pró-capitalista, uma vez que é negado o marxismo. Temos à nossa frente um exemplo de total decadência dos reformistas, que não têm a honestidade e a coragem de defender abertamente diante dos trabalhadores o regime de exploração do trabalho e opressão social, no interior do qual a escola pública se desintegra.

Uma outra pérola do raciocínio reformista. O Sr. José, expositor da tese "Gestão Democrática", disse: "O Estado brasileiro foi sendo, historicamente, apropriado pelas elites dominantes, mantendo essa situação e dependência até os tempos de hoje...tornaram o Estado a sua propriedade privada".

O delegado porista chamou atenção da plenária para o fato de que em toda sociedade capitalista o Estado está sempre a serviço da burguesia. Podemos ver, que o Sr. José desconhece o mínimo da formação histórica do Estado capitalista no Brasil. Por isso, inventa a teoria de que

o "Estado vai sendo aos poucos privatizado".

Em relação ao tema "Não docentes e a Unificação...", o expositor foi Chagas, vice-presidente da CNTE. Diante da crítica de que o deputado José Genoíno e governadores petistas estão defendendo a reforma administrativa e o fim da estabilidade e que o Congresso burguês é um antro de corruptos, eis a resposta de Chagas: "unidade na diversidade". Também aí fica claro a conivência desses dirigentes da CNTE com o governo do PSDB e a ala petista pró-reforma.

O critério utilizado no debate das teses foi o de particularizar os temas. Critério esse que isola uma questão da outra e obscurece a compreensão política do conjunto. O POR denunciou essa manobra da Articulação. É interessante como os defensores "do sindicalismo democrático" compõem como verdadeiros verdugos totalitários. Um outro exemplo: o representante do POR conseguiu votação majoritária no seu grupo para que fosse lida a tese "Educação em luta". O coordenador respondeu que "não haveria leitura e que se nós estivéssemos insatisfeitos que nos retirássemos e encontrássemos um grupo mais interessante".

Devido ao método de fragmentação da discussão, o POR teve pouca chance de desenvolver integralmente suas teses. Porém, pôde defender a expropriação revolucionária dos latifúndios, como parte da aliança operário-camponesa; fim das privatizações e a reestatização; salário mínimo real; contra as LDBs e os Tribunais Populares contra a corrupção e a repressão aos movimentos. Cabe enfatizar, o grande interesse por uma parte dos delegados em relação aos tribunais populares.

Educação



Encontro Nacional de Casa de Estudantes

Realizou-se, em Recife, no início de novembro, o XX Encontro Nacional de Casa de Estudantes, que contou com a participação de cerca de 100 representantes de todo país. Infelizmente, a comissão organizadora do Encontro e a Secretaria Nacional da Casa de Estudantes não direcionaram os debates para as questões fundamentais relativas ao ataque à educação pela diretriz privatizante e corte de verbas do governo FHC. Sequer rechaçou o assistencialismo medíocre e o fechamento dos Restaurantes Universitários (RUs), implementados pelas reitorias.

A incompreensão política e organizativa da maioria acabou por suprimir o ato político do dia 3/11, no centro de Recife, em função da discussão de um projeto de lei. Assim, os debates e decisões não ultrapassaram o mesquinho corporativismo, bem típico da orientação reformista.

O POR entrevistou no Encontro apresentando teses políticas e um plano de luta, bem como formas organizativas. Defendeu a necessidade de unificar os movimentos contra os ataques do governo neoliberal aos trabalhadores e ao ensino público. Propôs um conjunto de ações em torno da bandeira do ensino público e gratuito e das moradias estudantis.

Cada vez se torna mais premente superar a crise de direção do movimento estudantil, construindo o Partido Operário Revolucionário e derrotando as direções adaptadas ao capitalismo, como é o caso do PT, PCdoB etc.

Manifesto

Basta de repressão aos lutadores operários e populares e à esquerda!

Liberdade para Horácio Panário e demais presos na Argentina!

Internacional

Como consequência dos planos econômicos impostos pelo imperialismo e o FMI na América Latina, tanto o Brasil quanto a Argentina sofrem a recessão e o desemprego. Os trabalhadores e setores populares rejeitam essa política, que descarrega sobre eles a crise econômica, impondo a fome e o desemprego. Por isso, enfrentam o governo de Menem e FHC, que aplicam tais planos que aprofundam ainda mais a semicolonização de nossos países, rebaixam nossos salários, retiram-nos conquistas como a aposentadoria, privatizam as empresas estatais, e agora arrancam-nos até mesmo o direito mínimo ao trabalho.

No Brasil, a heróica greve dos petroleiros e a luta dos sem-terra demonstram o repúdio dos trabalhadores a esses planos. O governo respondeu com o exército ocupando as refinarias, perseguindo e prendendo os dirigentes do sem-terra, como Diolinda e Márcio. E continua em pé as ameaças contra o líder José Rainha. Seus "delitos" foram se opor às privatizações, lutar por salários e tomar em suas mãos a reforma agrária.

Na Argentina não é diferente. Em 12 de outubro, na Província de Neuquen, se organizou uma marcha contra o desemprego para exigir o pagamento de miseráveis 200 dólares de auxílio. Por esse "delito", mais 500 trabalhadores foram reprimidos violentamente pelos cães de guarda do governo e dos patrões. Nesse mesmo dia, o dirigente do MAS e da Coordenação de Desempregados, Horácio Panário foi preso, e o governo passou a perseguir a Alcides Chistiansen (nesse momento candidato a governador pelo MAS e ex-candidato a presidente pela Frente MAS-PTS), Hector Etchebaster, Jorge Chinguy (ambos do MST)

e Jorge Vidal (de PO), assim como começou a perseguir outros membros da Coordenação, a exemplo do militante Juan Yaney (do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário- POR)

Esse ataque é parte da repressão e perseguição contra os trabalhadores que se rebelam contra o plano de governo de Menem, Cavallo e do FMI, como ocorre hoje em quase todo o interior da Argentina: Rio Negro, Mendoza, San Juan, Tucumán, Córdoba etc. Na Terra do Fogo, onde, no ano passado, a polícia assassinou um operário em meio a um protesto; e hoje Oscar Martinez, dirigente metalúrgico, está sendo processado penalmente. Nos estaleiros Rio Santiago de Encenada (Buenos Aires), se tentou demitir 13 delegados, a maioria de esquerda, entre eles José Montes, ex-candidato a vice-presidência pela Frente MAS-PTS. Mas graças a uma greve dos trabalhadores dos estaleiros, e mobilização junto a estudantes, familiares e à solidariedade de outras categorias, os companheiros foram readmitidos. Também se persegue os delegados e trabalhadores do Diário La Prensa, como Jorge Brodsky de PO; em Córdoba dirigentes da JIR-TE (aderida ao PTS) continuam processados; as organizações como Pátria Libre e Quebracho estão ameaçadas de ilegalidade.

Essa barbárie provocou o repúdio internacional de personalidades, partidos políticos, organização de direitos humanos etc.

Na Inglaterra, o Comitê Campanha contra a repressão na Argentina, integrado por partidos de esquerda, fundamentalmente trotskistas, realizou uma manifestação diante da Embaixada em Londres, em 13/11. O diário argentino Clarín, de 26/11, informa que se realizará uma segunda mobilização e que o deputado trabalhista Jeremi Corbin entregou ao embaixador uma carta para Menem, na qual expressa sua preocupação pelo "recrudescimento das violações dos direitos humanos". Na França, o presidente do "Comitê internacional contra a repressão" foi à Embaixada reclamar a liberdade de Panário e fim das perseguições. No México, se pronunciaram organizações operárias e camponesas, de direitos humanos, bem como artistas e ex-candidatos.

Aqui no Brasil, faz mais de um mês que temos impulsionado a campanha internacional pela libertação e fim das perseguições aos lutadores. Já obtivemos centenas e centenas de assinaturas de operários, estudantes, sem-terra etc. Também obtivemos, através do mesmo abaixo-assinado, o pronunciamento de Lula, Carlos Spis (FUP), de João Stédile (direção nacional do MST), dirigentes sindicais, deputados do PT, personalidades e intelectuais como Paulo Freire, bem como inúmeras cartas de sindicatos protestando contra a repressão. Assim convocamos

os lutadores operários, populares e estudantes a se unirem e fortalecerem essa campanha pela libertação de Panário e fim das perseguições.

Queremos destacar que muitos dos presos e perseguidos são militantes que se reivindicam do trotskismo, o que demonstra uma vez mais que estamos junto aos trabalhadores e somos vanguarda de sua luta, e por isso a burguesia boneco do imperialismo quer nos deter. A repressão desencadeada na Argentina não se limita às suas fronteiras. Nos últimos anos, fomos testemunhas das perseguições aos trotskistas bolivianos, a exemplo da prisão de Wilma Plata e outros do Partido Operário Revolucionário, aqui no Brasil, na cidade de São Carlos, foram assassinados dois companheiros do PSTU que apoiavam os trabalhadores camponeses, o mesmo aconteceu com um companheiro do Paraguai. Em Diadema, município de São Paulo, o militante do POR Manoel Boni carrega nas costas um pesado processo e a prisão domiciliar, o mesmo acontecendo com Romildo Raposo do PSTU.

Por esse motivo, temos realizado vários chamados aos partidos que se reivindicam do trotskismo, especialmente as direções do PSTU e Causa Operária (partidos irmãos do MAS e PO da Argentina), aos quais pertencem os principais presos e perseguidos, para formar um comitê que estenda muito mais essa campanha, aproveitando sua influência sindical na executiva da CUT e mais de 200 sindicatos, como diz o PSTU ter.

Entretanto, não obtivemos uma resposta. Apesar do silêncio, alguns militantes dessas organizações tomaram a campanha como uma tarefa de princípio elementar de classe, princípio que reivindicamos com energia. Mas insistimos na importância de que o movimento trotskista deve ser a vanguarda na defesa de seus militantes e estamos dispostos a realizar essa campanha de forma conjunta, preparar atos e marchas, convocando todas as correntes que se reivindicam do trotskismo.

Liberdade a Panário!

Fim das perseguições aos ativistas operários e de esquerda é uma bandeira de luta para todos aqueles que se rebelam contra os planos de miséria e desemprego, nas fábricas, no campo, nas escolas e universidades! Coloquemo-nos em pé para arrancar Panário das garras do governo de Menem e do FMI!

Paremos as perseguições!

Assinam o Manifesto:

PTS (Partido de Trabalhadores pelo Socialismo)

Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR)

novembro/1985



Bolívia

Agudiza-se a luta de classes

A implantação do plano neoliberal por Goni fez com que os oprimidos da Bolívia se levantassem contra o mesmo, especialmente em relação às três leis malditas.

Liderados pela Federação de Professores Urbanos e dos Professores Rurais de La Paz, que encarna o programa proletário, conseguiu com sua luta encarnizada levantar toda a nação oprimida contra as três leis malditas. O estado de convulsão gerado por este processo fez com que Goni fechasse o regime, impondo o estado de sítio por 3 meses. Apesar da repressão, prisão das lideranças cocaleiras e dos professores, a luta não esmoreceu. Apesar de não aparecer abertamente e unificada, a resistência continuou. Vencendo os 3 meses de estado de sítio, Goni colocou uma prorrogação por mais 3 meses, mas nem mesmo a repressão esmoreceu a luta. Tanto é que nem bem acabou este último período de estado de sítio e as lutas voltaram e se intensificaram cada dia mais, com

paralisações nacionais.

Infelizmente existe uma tentativa da grande imprensa no Brasil de isolar-nos da luta de classe que acontece nos países à nossa volta. De toda essa luta que ocorre na Bolívia hoje, só tivemos conhecimento de uma pequenina nota no jornal das 10 da CBN, em que afirmava que 2 mil estudantes estavam em greve de fome contra a reforma educativa e três semanas depois nesse mesmo jornal com a mesma cobertura que existiam conflitos entre os camponeses e a polícia da região de Chapare.

A luta de classes continua cada vez mais aguda e certamente teremos novas surpresas. Principalmente sabendo que por trás destes movimentos se encontra um povo que encarnou o marxismo-leninismo-trotskismo pregado pelo Partido Operário Revolucionário, em seus 60 anos de luta.

Acordo na Bósnia a coloca nas mãos do imperialismo

O governo americano conseguiu impor às nações em conflito na ex-Iugoslávia um "acordo de paz". Trata-se na verdade da rendição incondicional das três ao poderio militar americano. O acordo reparte o país entre os restos da burocracia estalinista de diferentes nacionalidades, passando por cima de qualquer soberania ou autodeterminação. As fronteiras demarcadas não estão de acordo com as nacionalidade e estabelecem o domínio de nações por outras, a opressão nacional de umas sobre as outras e de todas pelo imperialismo.

A Bósnia será dividida entre uma federação sérvia e outra muçulmano-croata. Os sérvios, que são um terço do país, ficarão com 49% das terras. Os muçulmanos e croatas, que são dois terços da população, ficarão com 51% das terras. A capital, Sarajevo, será dividida entre as três nacionalidades.

O acordo será garantido por uma tropa de soldados de 60 mil homens, composta por 20 mil americanos e 40 mil europeus, inclusive russos. Desse contingente, composto por várias nacionalidades, se sobressairá o efetivo americano, sob comando independente e se colocando assim acima dos demais, que servem apenas para dar um caráter internacional à intervenção americana.

O acordo não foi bem aceito por nenhuma das partes em conflito. Os sérvios bósnios querem o corredor de Posavina, que os liga à Sérvia, mas isola os muçulmanos do resto do país. Os croatas e muçulmanos reclamam da expansão sérvia, que será assegurada pelo acordo. E ninguém sabe o que pode acontecer com uma Sarajevo dividida em três.

Por trás do acordo está o poderio americano. A guerra que dura desde 1991 só encontrou um desfecho depois da intervenção com força dos Estados Unidos, que submeteram os sérvios a derrotas sucessivas de um lado, enquanto que a França e Inglaterra armaram os croatas até os dentes para sufocarem os sérvios de outro. Os eslavos sérvios bósnios, sem a ajuda dos aliados históricos russos, que se debandaram para o lado imperialista americano, foram obrigados a aceitar a intervenção americana, que é o que está por trás do acordo.

A saída para as nacionalidades oprimidas na ex-Iugoslávia está na expulsão do imperialismo e na derrubada dos restos da burocracia estalinista, que as submete ao domínio americano, inglês e francês, impondo-se umas sobre as outras através da opressão étnica. A autodeterminação e a soberania das nacionalidades só serão conquistadas pelas próprias massas eslavas, muçulmanas e croatas. O fim da opressão nacional e a livre cooperação entre as nacionalidades depende da expulsão do imperialismo e dos restos da burocracia e da morte do sistema de opressão de classe, o capitalismo. Somente a unidade do proletariado e camponeses sérvios, bósnios e croatas para pôr em pé um Estado Operário, baseado na democracia dos explorados, e na economia coletivizada, poderia recompor a unidade espontânea desses povos em luta.

Chile em luta

Lucha Obrera, imprensa do Comitê Construtor do POR, no Chile, lançou em 11 de setembro, data em que se comemora os mártires caídos na luta contra o Golpe fascista de Pinochet, em 1973, um chamado a todas as correntes que se reivindicam da revolução a cerrar fileira em torno de um plano de luta e do método da ação direta. Resumimos abaixo o chamado:

"A Frente que propomos deve agrupar aos operários, camponeses, estudantes, professores, trabalhadores das empresas e serviços do Estado, aos explorados e oprimidos. Chamamos conformar uma Frente para derrubar o plano NAFTA do imperialismo. Derrubá-lo significa:

1. Acabar com as privatizações e impor a reestatização das empresas e serviços do Estado, sob o controle operário;
2. Impor a Educação e Saúde gratuitas, garantidas pelo Estado;
3. Impor um soldo (equivalente à jornada ordinária) e pensão de aposentadoria mínimos de 200.000,00 - igual à canastra familiar. Abaixo as AFP;
4. Sindicalização única e negociação por ramo de produção. Irrestrito direito de greve;
5. Escala móvel das horas de trabalho para absorver os desempregados. As horas de trabalho disponíveis devem ser divididas com os desempregados. Jornada de 40 hs semanais;
6. Expropriar a indústria, os fundos, os bancos, os grupos Luksic, Matte, Angelini e Cia, as multinacionais, e que passem para o controle operário;
7. Esmagar o imperialismo e seu plano NAFTA. Não ao pagamento da dívida externa;
8. Constituir na luta Tribunais Populares para castigar os genocidas, começando por Pinochet. Abaixo a corrupta justiça burguesa;
9. Imediata e incondicional liberdade aos presos políticos, permanecem ainda três da época de Pinochet, mais de 100 foram encarcerados por Aylwin e Frei. Abaixo toda forma de repressão política.
10. Destruição das FFAA burguesas. Viva a autodeterminação da tropa (direito de sindicalizar-se e romper a verticalidade do comando). Viva o armamento das massas;
11. Todo poder à classe operária e aos explorados. Viva a Revolução e ditadura proletárias. Viva a Revolução Socialista Mundial. Proletários do mundo unamo-nos".

(Extraído de Lucha Obrera - nº 11 - Órgão do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário do Chile)



Tribunal "Moral"

Outra piada do conhecido delinqüente

O delator, demonstrando sua velhacaria, tem se colocado ao serviço dos inimigos do marxleninismo-trotskyistas.

Os anti-trotskyistas aparecem formando um "Tribunal Moral". Para que? Apoiando-se na senvergönice do delator, podem solapar os cimentos do POR? Perguntamos: De onde aparece estes "moralistas", quem se converteram em Tribunal? A resposta é simples: Os anti-poristas e o delator-delinquente tem se constituído no alto "tribunal", desesperado em assestar golpes ao movimento revolucionário. A impostura é tonta, digna de quem a imprime em letras grandes.

Para nós não existe o tão mencionado "Tribunal" e pouco importa o que diga ou faça. A "moral" (em abstrato e com maiúscula) não nos preocupa. Para nós tem valor imperativo a "moral revolucionária", que se resume em potenciar a ação das massas contra o ordenamento jurídico, contra a Constituição burguesa, contra as autoridades, a grande propriedade privada dos meios de produção. Entre o POR e o Tribunal há um profundo abismo, que é o que impera entre os revolucionários e os que servem à ordem social vigente.

Os que pretendem converter-se em nossos juizes esquecem que o POR é um partido que conspira, que luta contra a burguesia e seu governo, que não reconhece as autoridades, que organizativa-

mente é clandestino e que é sobretudo conspirativo.

A conspiração é ilegal, percorre caminhos subterrâneos, não pode ser observada pelos organismos repressivos e deliberadamente viola a lei.

Por essas razões, o mais valioso trabalho do Partido não pode ser exibido aos olhos dos julgadores tontos que esperam que os revolucionários lhes mostrem o que fazem, o que importaria que se entregassem voluntariamente diante do verdugo.

Tontices: não há tribunal capaz de obrigar os revolucionários a exhibir seus trabalhos clandestinos para merecer a bênção de bonecos de todo tamanho. Dizemo-lhes que tudo o que se faz em defesa do programa e dos Estatutos partidários não pode ser revelado a tal ou qual julgador. A expulsão do delator foi aprovada por uma reunião nacional partidária e ratificada pelo Comitê de Enlace para a Reconstrução da IV Internacional e ponto. Aqui acabou tudo e não há nada para revisar.

Entendam-nos babosos: nada pode nos obrigar a exhibir documentalmente os trabalhos conspirativos de nosso Partido, nem sequer diante do garrote da polícia.

Podem nos sentenciar a morte, podem proibir-nos de ingressar ao paraíso celestial ou sentenciar-nos a estender a mão ao delator, mas ele continua sendo mais que um traidor. Dizemos-lhes desde já que tudo isso não terá nenhuma valor, nem sequer nos incomodamos em ler o que possam sentenciar.

Nosso escarro para os miseráveis girinos que se prestam a protagonizar essa farsa repudiável.

Extraído do Massas nº1487 - Órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia.

Greves na França acuum governo

O governo direitista do primeiro ministro Joupé tentou iniciar uma série de reformas no sistema previdenciário da França. Assim como em outras partes do mundo, o governo não consegue mais manter a previdência tendo que sustentar ao mesmo tempo o parasitismo financeiro. Procuram implantar o que chamam de neoliberalismo, enxugando o estado com cortes de despesas com serviços sociais públicos e demitindo funcionários. Na França, os cortes atingiriam o sistema educativo e a previdência pública. A reação dos estudantes e trabalhadores franceses tem sido furiosa. Os estudantes têm realizado greves e manifestações massivas nas ruas, com enfrentamentos quase que diários com a polícia. Os trabalhadores em transportes (ferroviários, motoristas, metroviários), correios e funcionários públicos estão em greve e começam a paralisar o resto do país. Está em marcha uma greve geral parcial no país, que só não se efetiva porque as centrais sindicais se recusam a chamar.

O governo está acuado. As reformas estão paralisadas. A luta de classes volta a sacudir a França. A luta dos trabalhadores e estudantes franceses mostra que a paralisação da produção é a forma de pressionar os capitalistas a recuarem

na sua ofensiva contra as condições de vida das massas. No caso da França, essa paralisação parcial das forças produtivas ocorre pela paralisação do transporte e comunicações.

Falta uma direção que coloque a unificação e centralização do movimento em nível nacional contra o governo e a burguesia. Mesmo assim, o exemplo francês mostra que o capitalismo em crise só pode continuar sobrevivendo atacando as condições de vida das massas em benefício do capital financeiro e das multinacionais, que já não conseguem fazer as forças produtivas se desenvolverem e por isso estão obrigadas a destruir parte delas. As massas reagem, ainda que sem direção consciente nesse momento. Mas a agudização dos conflitos sociais abre caminho para a construção de novas direções, porque cada vez mais se torna clara a ofensiva neoliberal contra as massas de conjunto e cada vez mais os ataques capitalistas vão tornando a vida das massas insuportável. A destruição de parte das forças produtivas leva ao agravamento dos conflitos interburgueses e mesmo interimperialistas. A crise capitalista arrasta a humanidade para a barbárie, que pode ser superada com a destruição do sistema de exploração do trabalho através da revolução proletária.

